

CORPOS AMEAÇADOS: SILENCIAMENTOS E NEGAÇÕES NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Alan Camargo Silva¹
alan10@zipmail.com.br

493

ARROYO, M. G. *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência.*
Petrópolis: Vozes, 2019. 253 p.

O presente manuscrito refere-se à obra de Miguel Gonzalez Arroyo intitulada *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência*, publicada pela Editora Vozes no ano de 2019. Após a graduação em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o autor realizou doutorado em Stanford University (PhD em Educação). A larga experiência acadêmica e profissional de Miguel Arroyo, especialmente como Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e docente da Faculdade de Educação da UFMG, o permitiu transitar por distintos subcampos do âmbito educacional como, por exemplo, administração/ gestão escolar, currículo, cultura escolar, direito à educação, movimentos sociais, dentre outros temas.

Após dezenas de artigos publicados em periódicos, capítulos e livros, o autor brinda o campo da Educação com uma obra extremamente atual, visibilizando e ressignificando pessoas/ humanos do cenário pedagógico da docência, particularmente, no contexto das instituições públicas brasileiras. Em outra oportunidade sobre o que denomina de “subalternizados” ou “subcidadãos”, Arroyo (2014, p. 123) deixa claro que os modos como pensam e tratam “os setores populares como marginais, inexistentes estão tão arraigadas em nosso imaginário social e político, cultural e pedagógico que, ao se mostrarem eles mesmos existentes, visíveis, desestruturam essa cultura social, política e pedagógica”.

Nesse contexto, argumenta-se que o livro *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas*

¹ Licenciado e mestre em Educação Física (UFRJ). Doutor em Saúde Coletiva (UFRJ). Pós-Doutorado em Educação Física (UFRJ). Professor das redes Municipal e Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Professor do curso de pós-graduação *lato sensu* em Desporto de Campo e de Quadra e do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (UFRJ).

da educação e da docência se destaca sobremaneira na produção do conhecimento no campo da Educação por alguns aspectos. Em primeiro lugar, questiona e oferece propostas como as escolas, os profissionais e os processos educativos podem ou devem lidar com os coletivos sociais cada vez mais julgados e condenados moralmente pelo atual Estado. Em segundo lugar, lembra que a vida caracteriza-se por um direito humano básico e problematiza os aspectos que dificultam a Educação no que diz respeito à humanização de sujeitos que são violentados pelas suas condições sociais. Além disso, objetiva trazer ao leitor como os coletivos sociais esperam e entendem a proposta da instituição escolar e da intervenção dos docentes-educadores-gestores.

Para contemplar os aspectos supracitados, após a apresentação, a obra foi dividida em três partes: Parte I – Que vidas ameaçadas?; Parte II – Que ameaças? De quem? Por quê?; Parte III – Que exigências-respostas éticas. Didaticamente, ao longo das páginas, Miguel Arroyo conduz o leitor com uma linguagem inteligível e instigante, sem perder de vista uma fundamentação teórica robusta com a qual se relaciona durante as suas argumentações.

Na Parte I, aborda-se fundamentalmente a relevância da defesa da educação pública no país diante das vidas ameaçadas. Com base na recente transição de um Estado “protetor” para “ameaçador”, essa seção aponta que o processo pedagógico apenas tem sentido quando reconhece a criança ou adolescente como sujeito de direitos. Por vezes, a mídia, a cultura conservadora e a justiça penal influenciam a escola e o corpo docente em condenar os jovens segregados pelas suas condições de vida.

Miguel Arroyo detalha em que medida a educação pública pode atenuar ou reduzir danos das ameaças a determinados coletivos sociais. Ao longo do texto, pode-se detectar claramente a necessidade de sensibilizar o campo da Educação acerca dos processos de criminalização daqueles corpos que lutam por direitos. As vidas dos sujeitos que buscam cotas, terras, renda e teto, vulnerabilizados pelos marcadores sociais da diferença, como classe, raça/cor/etnia e gênero, são lembradas e discutidas na Parte I.

Para além do debate sobre as políticas afirmativas da diferença diante das instâncias políticas, jurídicas e sociais, Miguel Arroyo aponta que os docentes-educadores também fazem parte dessas vidas ditas ameaçadas. As precárias condições de trabalho e as mudanças dos direitos no espaço laboral causam o mal-estar dos profissionais da Educação. Isso comprometeria as legítimas denúncias sobre as injustiças sociais que poderiam cada vez mais dialogar com as políticas educacionais, teorias pedagógicas e movimentos sociais.

Na Parte II, trata-se especificamente acerca das vulnerabilidades que definem as vidas que importam, causando distinções entre aquelas que possuem mais ou menos valor.

Desenvolvida ao longo de marcos sócio-históricos e culturais, a repressão aos direitos à vida, à política e à educação seleciona os corpos que merecem ser vividos. Assim, em que pesem as políticas de inclusão do país, Miguel Arroyo lembra o recente desmonte de uma série de aspectos legais que ameaçam aqueles coletivos sociais que se afirmam como diferentes.

Ao longo do texto, destaca-se a relevância de valorizar os testemunhos discentes em seus escritos, desenhos, falas e atitudes que representam e demonstram as suas memórias como sujeitos secundarizados pela sociedade. Argumenta-se a necessidade de criar pedagogias que tragam as histórias da comunidade escolar, criando exigências-respostas que demovem o campo educacional e o ofício docente.

Nesse contexto, para Miguel Arroyo, estabelece-se a ideia de “Nós humanos” e os “Outros in-humanos”. Em outras palavras, o autor do livro questiona as pedagogias e políticas educacionais que, por vezes, (não) reconhecem determinados sujeitos classificados como “humanizáveis-educáveis”. A seção destaca, especialmente, a questão de como a pobreza e a fome são uma produção social, econômica e política, que se caracterizam por um fardo ao Estado que, na maioria das vezes, assume uma lógica do mercado e da rentabilidade. Por isso, o texto defende a não precarização das condições de trabalho e da escola pública apoiada nos referenciais das humanidades, como um espaço central para acolhimento e proteção das vidas ameaçadas.

Já na seção final mais densa da obra, a Parte III, aprofunda-se como uma espécie de violência moral atinge os atuais debates acerca de valores-contravalores na sociedade contemporânea. Em termos gerais, o texto aponta que a exploração do trabalho, patriarcalismo, sexismo e racismo são apenas alguns dos dispositivos políticos de invisibilizar ou exterminar direitos e precarizar vidas.

Diante desse cenário de ataque político a determinados grupos sociais, Miguel Arroyo considera a escola e a docência como oportunidades de ressignificar os coletivos sociais e suas lutas. Ao longo do texto, são apresentadas possibilidades de reconhecer e trabalhar a centralidade da ética no fazer pedagógico. Além disso, nessa seção, ainda são problematizados aspectos para estudo-formação, de pesquisa e de docência que fortalecem a defesa do valor à vida humana.

No ponto de vista de Miguel Arroyo, torna-se imperativo, portanto, reinventar uma pedagogia-docência-vida face à comprometida proteção dos corpos, em especial, (re)aprendendo como as famílias/ mães resistem eticamente em seus cotidianos. O autor destaca a importância de lutar por uma vida justa e humana em prol de corpos menos precarizados que demandam da Educação rever seus valores político-sociais. Mais precisamente, o autor

argumenta no sentido de não culpabilizar ou responsabilizar os educandos por suas violências e reconhecer que toda vida merece ser vivida.

Miguel Arroyo questiona se a atual sociedade vive um tempo de anti-humanismo e de crises de paradigmas éticos, que impactam na atuação docente e suas pedagogias. Uma ética da indignação pautada em resistências, libertação e emancipação de ser um humano contribuiria sobremaneira para aqueles Outros considerados in-humanos. Defender o direito à vida e reafirmar ou positivar identidades afirmativas que resistem às políticas anti-éticas são formas de decolonizar injustos modos de (sobre)viver, se coadunando aos princípios de justiça social.

Em síntese, *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência* traz uma abordagem típica das teorias críticas, mas também assume um diálogo com as perspectivas pós-críticas. Em outras palavras, o livro não demarca somente uma lente teórica acerca dos processos de reprodução de dominação/ subordinação que ocorrem entre os sujeitos. A obra se preocupa relativamente também com a dinamicidade dos discursos de poder e as práticas de significação e de luta que demovem ou reterritorializam as diferenças no contexto político-social da Educação brasileira. Desse modo, por um lado, o autor transita entre a valorização do empoderamento, denúncia e conscientização da população por parte da docência, de forma dialógica, no que diz respeito à condição de trabalhador, classes sociais, ideologias, poder, etc. e, por outro, traz noções de identidade, diferença, subjetividade, saber-poder e os marcadores sociais da diferença como palco de análise (LOPES; MACEDO, 2011; MACEDO, 2017).

Assim, pode-se afirmar que é nessa miscelânea teórica e epistemológica que Miguel Arroyo vem se destacando em seus escritos. Isso se fundamenta nas próprias palavras do autor quando afirma que “As teorias pedagógicas inclusivas, críticas, participativas, conscientizadoras, não têm destacado essa condição de ilegais, a que os Outros foram relegados, nem têm dado centralidade a suas lutas no campo do direito” (ARROYO, 2014, p. 266). Por isso, Miguel Arroyo se aproxima também das teorias pós-críticas: “Há avanços nas críticas aos conhecimentos legitimados nos currículos que vêm da diversidade de tendências do pensamento pós-moderno, pós-estruturalista, até pós-crítico. As indagações mais radicais vêm da reação às formas de pensá-los e alocá-los no padrão saber/poder” (ARROYO, 2014, p. 70).

Ainda que no país haja instituições e iniciativas de ensino-aprendizagem que se pautam em perspectivas pedagógicas de igualdade (ou equidade), o livro preocupa-se com a grande parte do âmbito educacional público brasileiro. Por vezes, os processos educacionais não valorizam a (re)afirmação das lutas daqueles historicamente desfavorecidos ou vulnerabilizados (ARROYO, 2018).

Miguel Arroyo aproxima-se, fundamenta-se e cita frequentemente Butler (2019) sobre a precarização da vida diante das atuais políticas insensíveis ao sofrimento humano e suas vulnerabilidades. Ao realizar a leitura do livro de Miguel Arroyo, inevitavelmente pode-se lembrar também da teorização acerca da necropolítica de Mbembe (2018) ao problematizar como os aspectos macroestruturais do Estado operam com “políticas da morte” ao classificar quais vidas importam.

Espera-se que a obra em tela sensibilize e inquiete não somente os docentes, mas também os gestores em diferentes níveis e segmentos do campo da Educação no que diz respeito às tais vidas ameaçadas que, na maioria das vezes, são alvos de ausências ou ocultamentos no cotidiano escolar. Valorizam-se, assim, as vozes e as histórias dos coletivos sociais marcados por experiências de classe, etnia, raça, gênero, dentre outras que devem ser articuladas com o objeto de conhecimento como uma forma de resistência para reconhecimento das suas existências (ARROYO, 2013). Urge, portanto, cada vez mais a necessidade de entender que “A construção de Outras Pedagogias exige o reconhecimento dessa presença/resistência histórica dos diferentes” (ARROYO, 2014, p. 129).

Por isso, segregação, esquecimento, marginalização, naturalização, reprodução, seletividade, exclusão, desigualdade e precarização são apenas algumas noções a serem repensadas pelos professores e que exigem do ofício docente uma reinvenção didático-pedagógica em face desses sujeitos que chegam às escolas. Afinal, conforme sinalizado no subtítulo do presente manuscrito, “silenciamentos” e “negações” engendradas social e historicamente no “chão da escola” provocam preconceitos, discriminações e estigmas que afetam ou vitimam direta, moral e violentamente determinados grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, M. G. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1098-1117, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v39n145/1678-4626-es-39-145-1098.pdf>. Acesso em: 03.06.2020.

BUTLER, J. **Vidas precárias: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Recebido em 06 de março de 2020. Aprovado em 15 de setembro de 2020.

498

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.